

REVOGADO



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ATO N. 142, DE 29 DE JULHO DE 2003**

**O VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no exercício da PRESIDÊNCIA, usando de sua atribuição e considerando a necessidade de apoio do serviço médico aos Magistrados e servidores que permanecem no Tribunal após o expediente normal de trabalho,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Os artigos 3º, 4º e 5º do Ato n.º 174, de 6 de setembro de 2000, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O servidor optante de que trata o art. 2º ficará sujeito ao cumprimento de vinte horas semanais destinadas ao atendimento do plantão médico.

§ 1º O servidor detentor de cargo em comissão ou função comissionada está sujeito ao regime de integral dedicação ao serviço, obrigado, pois, ao cumprimento da jornada semanal de trinta e cinco horas, além das vinte horas semanais de plantão.

§ 2º O servidor que não ocupar cargo em comissão ou função comissionada prestará vinte horas semanais de trabalho, além das horas de plantão.

Art. 4º Caberá ao Secretário de Serviços Integrados de Saúde elaborar, mensalmente, a escala de revezamento do plantão médico e encaminhá-la ao Diretor-Geral para dar ciência aos Ministros.

§ 1º Somente poderão participar da escala de plantão os médicos especialistas em Clínica Médica e Cardiologia.

§ 2º Da escala de plantão deverão constar o nome do médico, a especialidade, o período e os telefones de contato.

§ 3º O Superior Tribunal de Justiça disponibilizará uma linha de telefonia celular para uso exclusivo do plantonista.

Art. 5º O médico de plantão deverá permanecer nas dependências do serviço médico enquanto houver Ministros no Tribunal.

§ 1º Durante o plantão no Tribunal, os médicos atenderão aos Magistrados e servidores, estando obrigados a prestar o serviço requisitado.

§ 2º As demais horas de plantão serão cumpridas conforme a escala de trabalho elaborada pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SIS.”

Art. 2º Ficam acrescentados os artigos 6º, 7º, 8º e 9º ao Ato n.º 174, de 6 de setembro de 2000.

“Art. 6º O plantonista que estiver impedido de atender ao plantão deverá comunicar, com antecedência, ao Secretário de Serviços Integrados de Saúde, de forma a possibilitar a indicação de outro médico.

Parágrafo único – A Secretaria de Serviços Integrados de Saúde comunicará aos Gabinetes dos Ministros as alterações da escala de que trata este artigo.

Art. 7º O requisitante dos serviços informará ao titular da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde o não-atendimento por parte do plantonista.

Parágrafo único – Caberá ao Secretário de Serviços Integrados de Saúde adotar as providências necessárias para a apuração de responsabilidades.

Art. 8º O descumprimento do estabelecido no art. 5º acarretará o cancelamento da opção pelo regime de quarenta horas semanais de trabalho,

independentemente da aplicação das sanções cabíveis, salvo quando justificado, observado o devido processo legal.

Art. 9º Os Gabinetes dos Ministros deverão comunicar, diariamente, à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde a saída do Magistrado, para ciência do médico plantonista."

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.

MINISTRO EDSON VIDIGAL